



**Experiência:**

**Pergunte ao prefeito: divulgação e controle de verbas públicas na educação**

**Ministério da Educação e do Desporto**

**Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República**

**Radiobrás — Empresa Brasileira de Comunicações S.A.**

**Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE**

**Responsável:** Nelson Lívio Rosa e Alceu Nogueira da Gama

**Equipe:** Antônio Ramalho, Gervásio de Sá Barbosa Neto, Hernandes Pires dos Reis e Thales Barbosa Lima de Carvalho

**Endereço:** SAS — Quadra 01 — Bloco “A” — Edifício Darcy Ribeiro

Brasília, DF — CEP: 70070-000

Telefones: (061) 212 4722/411 4883 — Fax: (061) 321 9246

## **Relato**

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o responsável pela captação e administração do salário-educação, contribuição de 2,5% que incide sobre as folhas de pagamento das empresas públicas e privadas. Esse recurso, que em 1995 atingiu a cifra de US\$ 2,532 bilhões, retorna à sociedade sob a forma de investimento em ensino fundamental, destinando-se à construção e reforma de escolas, compra de material didático e treinamento de professores. Essa distribuição era feita, mediante convênios, às prefeituras de todo país, sendo comunicada pelo Diário Oficial da União.

Entretanto, nem sempre os recursos chegavam integralmente às salas de aula. Foram identificadas as seguintes causas:

- 1) a informação sobre a alocação dos recursos não atingia as comunidades distantes, e os escritórios de despachantes (que sabiam da disponibilidade das verbas) apresentavam-se às prefeituras, oferecendo-se para intermediar a sua “liberação”, em troca de polpudas comissões;
- 2) sem informação, as prefeituras ignoravam que o dinheiro se encontrava disponível na agência bancária e, em regime de inflação alta, a verba sofria rápida desvalorização;
- 3) sem informação, as comunidades não tinham como exigir das prefeituras a correta utilização dos recursos;
- 4) sem uma sistemática cobrança de prestação de contas, as prefeituras se sentiam desobrigadas de aplicar o dinheiro em educação.

A solução foi encontrada na divulgação da informação. Em cooperação com o FNDE, a Radiobrás passou a anunciar, nos intervalos da “Voz do Brasil”, diariamente de segunda a sexta-feira, a lista de municípios contemplados, mesclada com *spots* de curta duração que explicavam a natureza dos convênios e estimulavam a ação da comunidade com o *slogan*: “Pergunte aos vereadores. Pergunte ao prefeito”. Essa medida foi antecedida por uma

campanha, alertando os ouvintes que a liberação das verbas do FNDE seria anunciada todas as noites na “Voz do Brasil”.

Em complemento, criou-se um sistema de mala direta, informatizado, de acompanhamento da liberação de verbas para as prefeituras de todo o País, pelo qual enviava-se por via postal, um documento no formato de carta lacrada (tipo contracheque) aos prefeitos e às Câmaras de Vereadores. Estas cartas comunicavam oficialmente o objetivo do convênio, seu período de duração, o valor, o destino da aplicação, os números da nota de crédito e da ordem bancária, o banco, a agência e a data do pagamento. Também eram enviadas aos prefeitos e vereadores cartas, cobrando os relatórios parciais de aplicação, informando sobre o vencimento do convênio, cobrando a prestação de contas e advertindo sobre eventuais penalidades, estimulando a que tornassem públicas as informações sobre as verbas pelos meios de comunicação disponíveis em seus municípios. Além disso, enviavam-se cartas aos diretores de escolas e presidentes de Associações de Pais e Mestres, informando-os diretamente sobre a liberação de recursos. Finalmente, cartas tipo aviso eram exibidas nas agências dos Correios.

### **Resultados**

Aumentou a eficiência na aplicação dos recursos destinados à educação. O número de denúncias, encaminhadas à auditoria do FNDE, cresceu de 100 por ano para 20 por dia. Praticamente desapareceram as solicitações de audiências de prefeitos ao FNDE, a fim de influenciar a liberação das verbas. A partir de junho de 1995, os recursos passaram a ser alocados diretamente às escolas em todo o País, o que aumentou o alcance do programa, sendo que o número de cartas tipo contracheque expedidas cresceu de 100 mil para um milhão.